



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 13ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 31 dias do mês de março do ano de 2026.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Primeiro-Secretário *ad hoc*

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (PSD)

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (PSB)

Vereador Antônio Fábio Soares Carneiro – Fábio Carneiro (SDS)

Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (REPUBLICANOS)

Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PL)

Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)

Vereador Fábio Nóbrega Lopes (PL)

Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (MDB)

Vereador Ícaro Fernando de Oliveira Chaves (PODE)

Vereadora Jailma Vasconcelos de Carvalho (PSB)

Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)

Vereador João Carvalho da Costa Sobrinho – João Corujinha (PP)

Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (PSB)

Vereador Kleber Geraldo Laurentino dos Santos (PDT)

Vereador Luís Paulo de Araújo – Luís da Padaria (AGIR)

Vereador Marcos Bandeira Pequeno (AVANTE)

Vereador Marcos Vinícius Sales Nóbrega (PDT)

Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PP)

Vereador Raoni Barreto Mendes (DC)

Vereador Ricardo da Silva Almeida – Guguiha Moov Jampa (PSD)

Vereador Rômulo Lopes Dantas Coelho (MOBILIZA)

Ausentes com justificativa: Vereadores Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga Pet (PP), Wamberto Ramos Ulysses de Carvalho (REPUBLICANOS), Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE) e Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (REPUBLICANOS)

Ausentes: Vereador Valdir Trindade dos Santos (REPUBLICANOS)



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 10h05, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente determinou ao Primeiro-Secretário que procedesse a leitura da pauta de matérias do expediente disponibilizada no SAPL (**) e dos documentos do expediente em mesa (*****).

Justificativa Oral – Aatoria: GVCS

Assunto: Justifica ausência do vereador Chico do Sindicato nesta sessão.

Justificativa Oral – Aatoria: GVML

Assunto: Justifica ausência do vereador Mikika Leitão nesta sessão.

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 12ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e, em seguida, aprovada.

1.1 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.2 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Em questão de ordem, o Sr. vereador Marcos Henriques solicitou a dispensa da leitura dos requerimentos em pauta.

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Excepcionalmente aprovados os requerimentos s/nº de 2026, de autoria da mesa diretora, que solicita sessão especial para debater o tema da tuberculose; s/nº de 2026, de autoria da vereadora Eliza Virgínia, que solicita inclusão na pauta de votação da próxima sessão o PLO nº 583/2021. Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.2.1 Discussão das indicações em destaque

Não houve.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1.2.2 Discussão dos requerimentos em destaque

REQ-Votos nº 110/2026, de autoria do Sr. vereador Marcos Henriques, que trata sobre votos de aplausos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Esse é um grande problema. Infelizmente, a esquerda, quando alguém faz alguma coisa certa, quer que essa coisa certa dê toda a cobertura a todas as falcatruas, a toda a corrupção, a tudo de errado que foi feito durante mais de 20 anos no Brasil. Se Luiz Inácio Lula da Silva fez o acordo para que o Butantã promova essa diversificação e essa distribuição desse remédio, ótimo, não fez nada mais, nada menos do que a sua obrigação, porque eu não posso estar aplaudindo aqui presidente que tem aí o seu filhinho Lulinha ganhando milhões e milhões de mensalão, no seu bolsinho, do Master. Não posso aplaudir um governo que fez com que a CPMI do INSS fosse por água abaixo, terminasse em pizza, que aprovasse outro relatório, enquanto milhões de aposentados estão chorando à míngua, com os seus salários sendo reduzidos por conta de corrupção deste governo. Eu não posso aplaudir um governo que viaja e gasta milhões com sua esposa Janja, com seu cartão de crédito, e gasta e não quer nem saber da população brasileira. Eu não posso aplaudir um governo que tira e corta dinheiro da educação, dinheiro da saúde e que bota dinheiro no bolso, como o seu irmãozinho aí do Sindicato. Porque ninguém vai esquecer, não, o irmão de Lula envolvido nas corrupções dos descontos dos nossos aposentados. Isso foi um dos maiores crimes que aconteceram no país. O mensalão do banco Master, um absurdo que está acontecendo, e agora todo mundo tem que calar. Eu não posso, de jeito nenhum, aplaudir qualquer ato deste governo corrupto”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “O que nós vimos aqui foi a defesa da necropolítica. A direita sempre tirou dinheiro dos tratamentos de câncer. É por isso que a gente precisa estar aqui, cada vez mais, reafirmando as políticas públicas do governo Lula. O que nós estamos pedindo aqui é o reconhecimento, através de um simples voto de aplausos, porque, na verdade, quando se tenta jogar, descaracterizar os bons atos e jogar o Banco Master no colo do presidente Lula, isso é, no mínimo, subestimar a população. Sabe quem foi que recebeu três milhões do Banco Master, do Vorcaro? Foi teu presidente, que está caindo aos pedaços, Jair Bolsonaro. Sabe quem recebeu dois milhões? Foi Tarcísio de Freitas. Ciro Nogueira, que fazia tráfico de influência. Então, querer jogar isso, querer colocar a questão do Banco Master na conta, aí não dá. E falar do filho do Lula, por que não fala de Flávio Rachadinha, que recebeu R\$ 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil reais) em dinheiro vivo na lojinha dele de chocolate no shopping? Recebeu R\$ 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil reais) em dinheiro vivo, na lojinha dele, de chocolate, no shopping. Ele pagou uma casa de R\$ 6.000.000 (seis milhões de reais). No submundo do crime, Flávio Bolsonaro é chamado de Flávio Rachadinha. E aí a vereadora vem tentar desqualificar o presidente Lula. Faça-me o favor, vereadora. A senhora que precisa justificar os erros dos seus correligionários”.

Situação: aprovado (votos contrários: Tarcísio Jardim, Fábio Lopes, Toinho Pé de Aço, Eliza Virgínia, Durval Ferreira)

Declaração de voto: A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Marcos Henriques, eu entendo, deve dar uma dor na alma quando a gente escuta. E o pior não é nada, é que o rapaz, o filhinho, tem o nome do pai, Lulinha. Deve ser triste mesmo. Investigação da Polícia Federal apura se Lulinha recebeu pagamentos do grupo Fictor, Banco Master, para facilitar acesso em Brasília. Quebra de sigilo, a CPMI aprovou, do bloco, pedido de quebra de sigilo. Dados demonstram que Lulinha movimentou, R19, R\$ 5 milhões em quatro anos, incluindo R\$ 721 mil de transferência de Lula. Isso foi *O Globo*, viu? Investigações ligam Lulinha ao grupo Fictor, empresa que tentou comprar o Banco Master e entrou em



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

recuperação judicial. O ministro Flávio Dino suspendeu a quebra de sigilo horas depois da obtenção de dados que relata o *BBC News Brasil*. Ou seja, todo mundo tentando proteger, inclusive Dino”.

1.3 Comentários

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu queria trazer um tema hoje de muita preocupação e queria convidar todos os vereadores para ligarem nos programas radiofônicos, tanto pela manhã quanto à tardinha. E o tema que eu trago é o da mobilidade urbana da cidade de João Pessoa. Apesar de ser considerada uma das capitais mais tranquilas do Brasil, João Pessoa enfrenta uma série de desafios no que diz respeito ao trânsito. A cidade tem apresentado uma involução no tráfego devido à infraestrutura totalmente superada, que não suporta mais a quantidade crescente de veículos. Essa situação é agravada pela inadequação do transporte público, que não se apresenta como uma alternativa viável para reduzir o número de carros nas vias urbanas, que, na nossa opinião, é algo necessário. Atualmente, muitos corredores da cidade são estreitos e não comportam adequadamente a demanda de automóveis. Em alguns casos, as calçadas são mais largas ou têm a mesma extensão das vias de tráfego, como ocorre em avenidas importantes, a exemplo da Rua Abelardo Targino da Fonseca, Ernesto Geisel. E, agora, com o novo Geisel, você tem uma via de mão e contramão em um espaço pequeno, que tem causado vários acidentes. E também a Avenida Campos Sales, no Bessa, onde o espaço para veículo já não é suficiente para manter o fluxo de trânsito, e transformar essas vias em mão única poderia melhorar significativamente a fluência do tráfego. Uma medida que poderia ser adotada é a instalação do VLT, Veículo Leve sobre Trilhos. Esse modelo de transporte rápido tem obtido grande aceitação nas grandes metrópoles do Brasil, e sua implementação em João Pessoa é urgente e necessária. Quem não sabe, as grandes metrópoles do Nordeste já têm metrô, e eu não vi essa gestão, em nenhum momento, falar de melhoria no transporte coletivo, em detrimento de renovações, por 30 anos, de modelos ultrapassados. Adicionalmente, a cidade deve considerar a implantação de terminais de integração, que facilitarão a transição entre as diferentes linhas de transporte, promovendo um sistema mais coeso e eficaz. Também está prevista a chegada de ônibus elétricos pelo PAC 3, que foi apresentado à cidade, mas ainda não começou a transitar. E esses ônibus estão onde? Esses ônibus, vão cobrar da população, uma vez que são oriundos do governo federal? E, por fim, a administração pública precisa ter ousadia para transformar a estética da cidade e implementar soluções como a construção de viadutos em locais onde as vias sofreram limitação devido às questões ambientais e urbanísticas. Essa redistribuição do tráfego pode resultar em um trânsito mais fluido e uma cidade mais agradável para todos. Eu quero dizer que esse tema da mobilidade urbana me deixa muito angustiado, e eu trouxe aqui algumas soluções para melhoria do trânsito. Aproveitar que tem representantes do governo municipal aqui e levar isso para o futuro prefeito. Segundo Fábio Carneiro, Cícero Lucena não vai sair, mas eu ainda acho que o melhor para João Pessoa seria o vice-prefeito assumir e encampar alguns programas de mobilidade urbana para o bem de nossa cidade. Ninguém aqui está querendo que a Prefeitura Municipal seja prejudicada. Nós queremos o melhor para a cidade de João Pessoa, e as propostas aparecem, e a gente espera que a Prefeitura Municipal de João Pessoa possa encampá-las”.

O Sr. vereador Marcos Henriques assumiu a presidência.

O Sr. vereador Raoni Mendes cumprimentou todos e disse: “Eu subo a essa tribuna hoje para tratar de um tema que considero de justiça: reconhecimento da valorização da educação pública e o apoio ao



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

projeto de lei nº 2.531/2021 que institui o piso salarial nacional dos profissionais não docentes da educação básica. Apresentei requerimento nesta Casa para que a Câmara Municipal de João Pessoa manifeste formalmente esse apoio – todos os vereadores estão convidados a assinar –, já que foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado Federal. Estamos falando dos profissionais que, muitas vezes, não aparecem nas manchetes, mas que são absolutamente essenciais para o funcionamento das escolas: secretários escolares, auxiliares administrativos, merendeiras, porteiros, auxiliares de serviços gerais e tantos outros trabalhadores que fazem a escola acontecer todos os dias. Não existe educação de qualidade sem o trabalho desses profissionais. Eles estão na base do funcionamento sistema educacional, garantem a organização, acolhimento, alimentação, segurança e suporte ao processo de ensino-aprendizagem. O projeto propõe um piso equivalente a 75% do piso nacional do magistério, estabelecendo um parâmetro mínimo de dignidade para essa categoria que, há muito tempo, luta por reconhecimento. É importante destacar que essa proposta está em plena consonância com a Constituição Federal, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e com o novo Fundeb, que prevê a possibilidade de valorização desses profissionais. Faço esse pronunciamento com a consciência de quem acompanha a pauta há muitos anos, tem uma relação de diálogo, de respeito e compromisso com essa categoria que nunca buscou privilégio, mas o reconhecimento justo pelo trabalho que realiza. Aproveito aqui para fazer um apelo direto aos três senadores da Paraíba: que possam analisar essa matéria com sensibilidade e responsabilidade e votar favoravelmente ao projeto. O piso nacional para os profissionais não docentes da educação básica representa um avanço importante na valorização pública e dos seus profissionais. A educação não é feita apenas em sala de aula, ela é construída em cada espaço da escola, por cada profissional que dedica a sua vida ao serviço público e, por isso, essa Casa precisa se posicionar. Precisamos dar um sinal claro de apoio a esses trabalhadores. Valorizar a educação é valorizar a todos que fazem a educação acontecer”.

A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia assumiu a presidência

O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Bom dia a todos e todas, vereador Marcos Henriques, colegas vereadores. Na sexta-feira passada, nós tivemos a oportunidade de começar as discussões relativas à modificação do artigo 62, da LOUS. Artigo esse que já vem em discussão judicial na esfera do Supremo Tribunal Federal e que foi apresentada uma nova redação, por parte da Prefeitura a esse artigo. No início da discussão, foi extremamente tenso, complicado, depois de quase uma hora conseguiu se fazer um acordo, que acho que foi importante para a cidade, que aquela primeira audiência fosse apenas uma audiência de apresentação da proposta encaminhada pela Prefeitura Municipal. Os movimentos sociais da cidade participaram desse primeiro momento, fizeram uma reivindicação justa e importante para que, vereador Guguinha também esteve presente, a próxima audiência seja em um local de fácil acesso para a população e que seja também num horário em que as pessoas possam ter acesso, fora de horário de expediente, seja de forma noturna ou seja em dias de feriado ou final de semana, para que todas as pessoas possam ter acesso a essa discussão. O Movimento Esgotei participou, o movimento da construção civil participou, a Câmara Municipal participou, acho que com quase seis vereadores presentes, estávamos eu, o vereador Guguinha, o vereador Ícaro, o vereador Bosquinho e o vereador Wamberto. E nós pudemos começar essa discussão, que irá desaguar no plenário dessa Casa. Quero cobrar do vereador Ícaro para que a gente veja junto ao governo a data da próxima audiência, para que a gente, aí sim, possa já discutir uma deliberação, como também que, aqui na Casa, a gente possa ter uma audiência pública para ouvir também a população. Lembrando que só é modificada qualquer coisa na LOUS com a aprovação dessa Casa. A Prefeitura



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

apresenta uma proposta, mas quem delimita o que vai ser aprovado são os colegas vereadores. E nós precisamos estar extremamente atentos para que a gente possa fazer o melhor para a cidade de João Pessoa. Eu sempre tive muito essa responsabilidade para que a gente não cometa erros no futuro, e que a gente não possa prejudicar a cidade. Eu sempre tenho dito, vereador Ícaro, daí eu não estou falando para o vereador, estou falando para o arquiteto e urbanista, que uma cidade boa para o turista, ela, primeiro, precisa ser uma cidade boa para quem vive nela. E João Pessoa tem algo que está muito claro para a cidade e para todos os cidadãos. O grande diferencial de João Pessoa para o Brasil é exatamente a Lei do Gabarito. E esse patrimônio não é apenas de nossa cidade, é um patrimônio do estado, é um patrimônio do nosso país e que João Pessoa deixe muito claro que o gabarito é algo inegociável. Acho que evoluímos e vamos continuar evoluindo nessa discussão também dentro da Casa, da Câmara Municipal. Muito obrigado, Presidente”.

O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “Quero hoje, inicialmente, trazer a minha preocupação, mais uma vez, com a quantidade de obras paralisadas no município de João Pessoa. E o que parecia apenas uma crítica jogada ao vento, do vereador Fábio Carneiro, na verdade, é uma constatação do Tribunal de Contas do nosso estado, que, na última semana, soltou matéria para toda imprensa, com 60 (sessenta) milhões de obras de escolas e creches inacabadas ou paralisadas na cidade de João Pessoa. E eu falo de um tema que é muito caro à cidade de João Pessoa, que eu falo das nossas crianças, da nossa educação, do futuro de milhares, centenas, dezenas de pessoas que poderiam estar em novas escolas, sendo assistidas por creches, e não estão, por conta da ineficiência da atual gestão. Fico muito triste, porque não é, na verdade, algo que era para aqui, falando hoje na Casa de Napoleão Laureano, vereador Corujinha, Vossa Excelência, que é um conhecedor da problemática da falta de vagas nas nossas creches, saber, hoje, como vereador dessa cidade, que nós temos 60 (sessenta) milhões em obras, em 11 bairros dessa cidade, paralisadas; e não sou eu que estou dizendo aqui, eu estou apenas dizendo o que o Tribunal de Contas disse na última semana. É uma constatação triste para nossa cidade, mas que eu tenho a certeza absoluta de que essa Casa, todos os dias, irá cobrar da gestão pública a realização dessas obras. A educação é o futuro das nossas crianças, é o futuro da nossa cidade, do nosso estado, do nosso país. Quero, nesse momento, mais uma vez, apelar à Secretaria de Educação, à Seinfra, ao Prefeito Municipal, que conclua, que dê andamento a essas obras, porque a cidade de João Pessoa precisa e está precisando muito dessas respostas. Meu muito obrigado pela atenção de todos, e vamos dar um basta a tantas obras inacabadas na nossa cidade. Muito obrigado”.

O Sr. vereador Durval Ferreira assumiu a presidência para a Sr.^a vereadora Eliza proferir seu discurso.

A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Bom dia, senhoras e senhores. Eu estou colocando aqui, hoje, extrapauta, um requerimento que eu tinha combinado com o vereador Marcos Henrique para que nós pudéssemos fazer uma audiência, sobre o meu projeto de lei que proíbe transsexuais competirem em equipes distintas do seu sexo biológico no município de João Pessoa. Porém, na semana passada, nós tivemos, aliás, não só nós, mas todas as mulheres atletas do Brasil e do mundo tiveram uma grata surpresa, o COI, que é o órgão de maior autoridade do mundo, a autoridade mundial do esporte, proíbe que pessoas trans participem de esportes do sexo biológico diferente do seu. Olha só o que eu vou ler aqui. O COI encaminha para a regra unificada. A tendência é restringir a categoria feminina a mulheres biológicas. As atletas trans poderão competir em outras categorias. A justificativa oficial é equidade e segurança no esporte feminino. Definição da categoria feminina: a categoria feminina passa a ser reservada às mulheres biológicas. A elegibilidade será definida por um critério genético. Para competir no feminino, a atleta não pode ter características genéticas masculinas, como cromossomos Y, G, S, R,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Y. Eu acho tão engraçado que a esquerda, o PSOL, o PT falam de tanta biologia, falam de tanta ciência, mas só falam da ciência quando essa ciência não contribui contra eles. Porque aqui o COI acertadamente fez uma distinção. O que é homem e o que é mulher. E olha, meus caros, é tão interessante que no ano de 2026 nós estamos tendo que definir o que é uma mulher. Não é apenas o que está simplesmente no dicionário, não. Uma nova lei, e isso é muito, muito perigoso mesmo. Um novo projeto de lei que está tramitando no Congresso Nacional, define mulher como qualquer pessoa que se sinta mulher. Isso é muito estranho. Mas o COI aqui fez uma questão acertada. Eu tinha combinado com o vereador para fazermos uma audiência pública para discutir o meu projeto sobre a proibição de mulheres trans participarem de esportes para meninas, mas não precisa mais. O COI, que é o Conselho Mundial da Olimpíada, já definiu: mulher é mulher, homem é homem. Mulher luta, compete, nada com mulheres. E homens, que têm todas as características, que têm testículo, que têm pênis, que não têm ovário, mas que têm próstata, vão simplesmente concorrer com os homens. Acabou. Homem não vai bater em mulher dentro do ringue. Por que é muito engraçado, homem não pode bater em mulher em qualquer outro espaço do mundo, mas dentro do ringue pode bater e até matar e causar traumatismo craniano. Homem não vai vencer de mulheres nas competições de atletismo, nas competições de natação”.

O Sr. vereador Valdir José Dowsley – Dinho disse: “Tenho dentro de casa uma criança especial, Bernardo, com autismo, e estamos nos aproximando do dia 2 de abril, esta data que é alusiva à crianças, pessoas, não digo que autismo é doença, pelo contrário, é uma síndrome, e aí interpretam de várias formas, grau I, grau II, grau mais elevado. Peço licença no dia de hoje para este tema, que o Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo é celebrado no dia 2 de abril, neste momento tão importante de se registrar a nossa atenção, o respeito, o compromisso com esta causa que a gente defende. Não é por ter um filho com autismo que faço a política, é porque, se Deus me deu uma criança especial é porque a gente tem que cuidar de outras que precisam mais. De políticas públicas que foram implantadas na Prefeitura, como o cuidador que hoje tem em colégio municipal e nem em colégio particular, que meu filho estuda tem, porque eu pago à uma profissional para acompanhá-lo, e hoje no colégio municipal existe. Vários pais que têm filhos no colégio particular, inclusive, tiram do colégio particular para colocar no município porque lá tem cuidador e, às vezes, um para um, um cuidador para duas crianças em sala de aula. Isso é importante a gente deixar registrado. E vai se aproximando desta data e Bernardo Dowsley, meu menino de 7 anos, posso dizer com toda sinceridade, eu sou um pai atípico, até porque esse desafio meu, diário, não no convívio diário, que a mãe é quem cuida mais do que o pai, até porque a nossa atividade política não nos permite de a gente ter esse tempo exclusivo para isso. Mas, com a própria segunda mãe dele, Vânia, que é AT, que o acompanha desde os 11 meses de idade, que já virou da família, e trabalha para ele ser uma criança independente, porque Bernardo não verbaliza, ele fala algumas palavras. Com dois anos de idade ele falava até inglês, hoje ele regrediu, mas, agora, está avançando na fala. É uma luta diária e a gente não pode deixar de reconhecer este trabalho. Esta experiência pessoal me fortaleceu para eu vir aqui no dia de hoje, na tribuna, e deixar esse testemunho desse dia 2 de abril. A Câmara não vai estar aberta para a gente fazer essa homenagem, ou essa fala, mas é importante que haja políticas públicas que promovam inclusão, respeito, dignidade para pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Ao longo deste mandato, nesta Casa, tivemos a honra de apresentar e aprovar importantes iniciativas, a exemplo da Lei nº 15.805 que cria o programa de inserção de pessoas com Tratamento do Espectro Autista no mercado de trabalho, a inclusão significativa permitindo que cada pessoa desenvolva o seu trabalho e o seu potencial no trabalho. Aprovamos também a Lei nº 2207 que institui a Semana Municipal da Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista e TDH em João Pessoa, estimulando



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

diagnósticos precoces e fortalecendo políticas públicas de atenção a crianças, jovens e adultos. E também outra iniciativa nossa foi a Lei nº 14.976/2023 que assegura a pessoas com autismo o direito de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhadas com o cão de assistência emocional. Essa medida garante mais autonomia e segurança, que muitas pessoas que dependem desse apoio enfrentam em situações do seu cotidiano. Além dessas, também destinamos emendas parlamentares a instituições e entidades da cidade que realizam trabalho no atendimento a pessoas com autismo, a suas famílias, sabendo que mais leis e recursos devem ser apresentados nesta Casa. Precisamos construir uma sociedade mais preparada para compreender o autismo e, diante disso tudo, o autismo não define limites, o autismo revela possibilidades. Quero aqui, no dia de hoje, a cada pai, a cada parente, a cada pessoa que tenha um filho com espectro autista, quero que essa fala deixe essa mensagem. O que quero passar para vocês hoje, que se identificam comigo, é que o autismo precisa, acima de tudo, de compreensão, carinho e cuidado, fazemos nossa parte no mesmo plano, com suas cores, vozes e formas unidas entre sentir a vida. Esse recado que deixo no dia de hoje, aqui não fala o vereador Dinho, cargos são passageiros, estou aqui aprendendo e convivendo, se Deus me deu uma criança especial é porque a gente precisa de cuidado e sensibilidade para cuidar de outras pessoas que precisam, talvez mais, do que o filho da gente que tem assistência, que tem um plano de saúde e a gente tem condições de ajudá-lo, mas as crianças que precisam mais e estão na linha menor do que a gente de condição financeira, o recado que deixo no dia de hoje é para fazermos mais políticas voltadas aos quem mais precisam e aos menos favorecidos”.

1.4 Demais comunicações

Não houve.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, determinou o início da ordem do dia.

Pela ordem, o Sr. vereador Odon Bezerra solicitou que fosse incluído em pauta o Projeto nº 884/2026, que se encontra em tramitação da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública – CFO. Disse: “Se encontra na CFO, com o vereador Tarcísio. Eu conversei com ele, ele não faz oposição que esse projeto venha a ser votado. É uma realocação para a SEMOB, aonde há uma urgência de votação dessa matéria. O nosso colega vereador Marcílio do HBE me ligava, ligava para o vereador e pedia urgência urgentíssima nessa matéria. Então, caso Vossa Excelência entenda e o plenário também, requerer que esse projeto seja chamado na ordem do dia de hoje, ouvida, logicamente, a comissão do vereador Tarcísio”.

O Sr. vereador Milanez Neto disse não haver problema na discussão da inclusão do projeto, mas pediu para votar primeiro a pauta remanescente, com os projetos dos vereadores: “porque, senão, a gente jamais vai conseguir cumprir a pauta dos vereadores”.

Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho – disse: “Acatada a solicitação por parte do vereador Odon e a solicitação do vereador Milanez para que, na sequência, sejam votados os projetos que estão na ordem do dia”. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou a atenção do plenário para os projetos que estão em votação.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: PLO 454/2025

Autoria: Vereador Marcos Henriques

Assunto: RECONHECE A PARADA LGBT DA ZONA SUL DE JOÃO PESSOA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Presidente, mais uma vez a gente volta a esse debate aqui nessa Casa. Semana passada não foi votado por questão de falta de quórum. Aí volta, óbvio, é o trâmite normal do projeto. Mas aí eu me pergunto e torno isso público de novo. Não temos assuntos mais importantes para tratar da cultura da cidade do que parada LGBT da zona sul? Mas é sério isso? De novo? Gastando tempo público, dinheiro público para estar tratando dessas pautas, para colocar na cultura patrimônio imaterial, com a desculpa: ‘Não, é porque o movimento já existe’. O que não existe é a gente ter que engolir isso goela abaixo, passar goela abaixo. Cultura é o que diz respeito a um conjunto de ações da sociedade e para patrimônio imaterial é algo que traz benefício para a sociedade, para um coletivo. Pautas de minoria devem ser tratadas pelas próprias minorias, com seus movimentos, com suas associações, mas tornar isso algo inerente a cultura da cidade? A gente, com tanto problema, tanto escândalo de corrupção, tanta descredibilidade na classe política, tanto projeto ineficiente que passa. São quase 18 mil leis, no município de João Pessoa. E quantas são executadas? E a gente empurra mais lei, agora tornando patrimônio... Rapaz, eu realmente entrei para a política com um objetivo de ser e fazer diferença, mas quando a gente escuta e vê as críticas da sociedade, principalmente nos comentários de rede social, a gente entende porque a sociedade está tão descrente, porque eu acho que a gente tem tanta coisa mais importante para estar tratando do que isso. Aí, agora, vai lá, eu boto aqui projeto armamentista, projeto hétero, patrimônio imaterial e a cidade se afundando em problemas e a gente discutindo ideologia de gênero”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Eu acompanho Tarcísio, e algo imaterial é algo que traz gerações e gerações. É uma pauta junina de um São João, algo grande como a procissão da Penha, algo que realmente traga uma coisa ampla. Quando a gente fala em imaterial quer dizer que a gente atinge vários grupos e a maior parcela da população. E aqui eu estou falando de critério técnico. A gente não pode pautar algo ideológico como imaterial na nossa cidade. Então, opção de time de futebol, opção sexual que cada um faz, eu respeito todos, não tem problema nenhum, mas algo que refere só a zona sul, algo totalmente localizado, o próprio texto está dizendo: da zona sul. Eu acho que é algo que a gente, essa Casa aqui não precisa aprovar porque eu trouxe aqui três critérios. Para ser algo imaterial, patrimonial tem que ter raiz histórica consolidada, transmitida entre gerações e que representa identidade ampla da população. São três critérios objetivos que eu acho que essa Câmara tem que ter quando for aprovar qualquer coisa de imaterial. Tem igreja que tem, sim, condições de ter algo imaterial; tem igreja que é recente, que não tem. De repente, eu vou trazer uma pauta aqui, junto a Tarcísio, armamentista, de um clube de tiro que tem 50 anos, mas é local, não é imaterial. Então me coloco contra essa pauta e acompanho os demais que vão votar contra”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia diz: “Presidente, essa foi uma pauta que os Iguais, eu acho que a Associação dos Iguais me levou para a Justiça. Olhe bem, gente, eu não sei se foi essa que eles pediram 30 anos de prisão para mim ou se foi um milhão de reais ou se foi... É uma dessas, que eu estou cheia de processo, mas eu já ganhei uma ação. Prestem atenção, sabe por quê? Porque eu sou vereadora de João Pessoa, eu fui eleita pelo povo de João Pessoa e artigo 29 da Constituição federal garante minha expressão e garante minha fala. Eu tenho imunidade parlamentar para falar o que eu vou



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

falar aqui. E vamos lá para os critérios técnicos: algo para ser considerado patrimônio cultural deve atender a critérios de relevância histórica, artística, arqueológica, científica ou afetiva para uma comunidade. Relevância identitária, que passe de geração para geração. Agora me pergunto, com todo respeito a quem é homossexual, a quem é lésbico, a todo respeito a comunidade LGBTQIA+. Imagine só, vereador Tarcísio, se todo mundo virasse gay. Ia ter passagem de geração para geração? Não ia ter passagem de geração para geração, com todo respeito. Então, gente, eu estou fazendo o PDL aqui para colocar critérios nessa questão para que a gente não banalize e um dos critérios é que a representação artística cultural e de relevância tenha no mínimo 20 anos. Então, muito obrigado, Presidente. Já adianto meu voto não”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “É bom a gente saber do que se trata patrimônio imaterial: ‘são práticas expressões, conhecimento e técnicas transmitidos de geração em geração, fundamentais para a identidade das comunidades tais como saberes, celebração e formas de expressão, ou seja, comunidades tradicionais, comunidades artísticas, comunidades LGBTs, comunidades identitárias que pegam indígenas e mulheres’. Então, gente, nós aprovamos, há pouco tempo, várias escolas de samba, grupos carnavalescos, fizemos homenagem ao cuscuz, ao rubacão, ninguém falou nada e ficou todo mundo calado. Sabe por que estão falando aqui? E ninguém está acima da justiça, a justiça está de olho, porque a justificativa até agora não nos convenceu. Você aprovar o cuscuz, Movimento Abril Verde, pastel agridoce, que eu votei favorável também, porque eu acho importante a gente reconhecer. Agora, a marcha LGBT precisa reconhecer pelas bandeiras que leva de inclusão. Levaram 10 mil pessoas na última atividade deles. Então, é um movimento sério. É um movimento que não quer provocar ninguém. Agora, o movimento cada vez mais reafirma as bandeiras de luta da comunidade LGBT. Então, acho que a gente deveria reconhecer. Se passar o seu projeto com outros critérios, aí a gente vai avaliar, mas não tem como a gente deixar de ser favorável num projeto como esse”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente, é muito ruim para essa Casa quando a gente está num debate que trata de regime interno, quando a gente está num debate que tem relevância na sociedade e o vereador que pensa contrário a todos nós, nos imputa crime. Então, vereador Marcos, se trata aqui de nós reconhecermos e darmos relevância maior ao que é patrimônio imaterial da cidade de João Pessoa, a terceira capital mais antiga do Brasil, a cidade mais bela do mundo. Então, Vossa Excelência não pode sair imputando crime a seus colegas vereadores porque discordam do seu pensamento. A sua comunicação política é diferente da... E não é só política, vereador Marcos, é uma questão de merecimento dentro de requisitos do que é ser imaterial. Aos meus irmãos homossexuais, o que me difere deles é somente o pecado que cometemos, não é outra coisa, é somente o pecado que cometemos. Onde eu erro, ele não erra; aonde ele erra, eu não erro, e assim caminha a sociedade e a humanidade. Agora, eu não vou aceitar ter o meu mandato, sem ter comprado um voto, sem patrimônio, sem ter gasto R\$ 1 milhão e meio de reais, sem ter emprego na Prefeitura, tendo uma comunicação política como eu tenho, e ser chamado dessa forma só porque eu penso diferente de Vossa Excelência. Nem eu, nem muitos aqui. Então, Vossa Excelência tem que respeitar o mandato de cada um aqui, não imputar crime e entender que o que nós estamos debatendo aqui é um momento político, mas também os requisitos para que a parada gay da zona sul seja considerada patrimônio. E nada contra os meus irmãos, mas, sim, vereador Marcos, contra a sua atividade política e a sua maneira de agir”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 08; contrários: 09; abstenções: 00; ausentes: 10.

Situação: Na presidência, Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, declarou rejeitado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Parabenizo os colegas vereadores que se pronunciaram, mesmo não concordando, porque o que é que a gente vê aqui, às vezes, nesta Casa? Os parlamentares não se pronunciam com medo de perder voto, e hoje eu vi o contrário, mesmo alguns



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

com medo de perder algum capital eleitoral, se pronunciaram contra isso. O respeito é a palavra-chave quando a gente trata de qualquer assunto. Todos nós somos seres humanos e somos, perante Deus, iguais. Como o vereador Carlão falou o que nos diferem dos outros é a questão do pecado. Agora, nós não podemos querer empurrar nossas verdades sobre os outros e quem não aceita ser criticado. Imputar conduta criminoso a um parlamentar porque diverge da sua opinião está errado. Quem não concordar com minhas pautas aqui agora eu vou começar a dizer que é criminoso? Todo mundo nasceu de um homem e de uma mulher e ninguém pode negar isso. Você manter pessoas de mesmo sexo, de gerações por gerações, não existia geração. Se existisse só mulher e só homem, as gerações estarão extintas. Isso é questão de biologia, não é preconceito. Então, respeito homossexual, respeito hétero como seres humanos que frequentam a mesma sociedade e a gente teria um lugar muito melhor se o respeito fosse exercido”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente, apenas parabenizar o debate nesta Casa, de vereadores que não se acuam com um politicamente correto. Mas o que é devidamente correto? Esta Casa não votou contra os homossexuais, ela votou adotando os critérios do que é ser patrimônio cultural ou imaterial da cidade”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem pediu ao Presidente para que fossem retiradas da ata palavras ofensivas do Sr. vereador Marcos Henriques dirigidas aos vereadores que foram contrários ao seu projeto. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, eu acho que a discussão foi feita aqui e a gente tem que valorizar o bom debate. Eu tenho plena convicção da importância da Comunidade LGBT, da importância de atividades que são feitas a duras penas, como a marcha da zona sul, e essa contradição é que me deixa pasmo, porque as matérias de natureza imaterial que são votadas aqui, inclusive, com os votos daqueles que estão se colocando acima do bem e do mal. Agora eu vou fazer essa comparação, a única sensação que eu tenho é de preconceito. Então, a sensação é que foge da questão de mérito e vem para o preconceito. Todo mundo está vendo o preconceito que se tem junto à comunidade LGBT. A gente tem uma sociedade preconceituosa, e a Câmara é apenas o reflexo disso”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Mais uma vez, apesar do apelo que os vereadores estão fazendo ao vereador Marcos Henriques. O que apresentamos aqui foram critérios técnicos, se teve em outras votações voto para tornar patrimônio cultural e histórico o Trem de Lá Vai Fumaça, erramos! A Casa errou! Porque nós estamos banalizando um bem, o que é patrimônio material e imaterial, e nós não podemos fazer isso porque daqui a pouco, se tudo é, nada vai ser. É igual aquela história, se tudo é mulher, nada vai ser. A gente não está olhando o que é real. Cada vereador aqui tem que fazer um exame de consciência para ver o que está colocando para votarmos aqui, porque muitas vezes acontece de ficarmos constrangidos porque o colega botou um projeto que não serve para nada e a gente fica constrangido para não ofender o colega. Vamos colocar coisas aqui claras, objetivas, de importância, de relevância. Cada um faz o que quiser da sua vida, o que a gente não pode é implantar coisas aqui por causa da ideologia de gênero, isso não dá. Aprovei um patrimônio cultural aqui que foi o rubacão e quando chego em um restaurante e vejo rubacão como um bem material e cultural de João Pessoa, fico muito feliz e orgulhosa desta Câmara porque o rubacão tem história, é um exemplo”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Digo com muita responsabilidade, quando tudo vira patrimônio, nada mais vai ser patrimônio. É o que está acontecendo. A gente tem que ter critérios objetivos, espero que esse PDL da vereadora venha para que a gente possa ter validade histórica, amplo apoio da população, tempo, para que a gente possa ter algo mais forte para nossa cidade dizer o que de fato é patrimônio. Todas as votações de outros textos, votei contra também. E sou contra essa marca, como foi citado por Carlão, de dizer porque a gente votou contra a pauta A ou B a gente é criminoso, isso é muito forte e a gente tem que deixar isso aqui registrado”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho disse: “A questão do calor da discussão, nós entendemos que, às vezes, o vereador possa sair do tom em determinada palavra, então, determinamos ao setor de atas que possa tirar as palavras ofensivas que imputaram crimes aos vereadores”.

ITEM 02: PLO 114/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE PERMANENTE DA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA DOS TERRENOS PELOS PROPRIETÁRIOS E/OU POSSEIROS NESTE MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 03: PLO 121/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: DISPÕE SOBRE O USO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO E DE DRONES, ALÉM DE PLATAFORMA ONLINE COMO FERRAMENTA AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO PARA DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 04: PLO 154/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: INSTITUI A POLÍTICA DE INCENTIVO À SEGURANÇA PARA OS PROFISSIONAIS QUE UTILIZAM MOTOCICLETAS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E ENTREGAS DE MERCADORIAS NO MUNICÍPIO DE JOAO PESSOA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 05: PLO 292/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: INSTITUI O PROGRAMA JAMPA LIXO ZERO, VOLTADO A COIBIR O DESCARTE IRREGULAR DE LIXO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, com emenda, e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Primeiro, quero agradecer aos meus pares por terem votado essas matérias sobre descarte irregular de lixo. Acho que a cidade de João Pessoa, a gente está enfrentando um problema grande desse descarte irregular de lixo e acho que a gente tem que ter mais monitoramento, mais fiscalização, para que a cidade não fique da forma que está: se limpa o terreno em um dia, no outro já está completamente coberto de lixo. Então, agradecer aos pares e espero que o Prefeito possa sancionar e vire lei nessa cidade”.

ITEM 06: PLO 297/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: INSTITUI O SELO ESTABELECIMENTO AMIGO DA MÚSICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 07: PLO 321/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: INSTITUI O SELO EMPRESA AMIGA DAS ENTREGADORAS E ENTREGADORES, DESTINADO A RECONHECER EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS QUE DISPONHAM DE SUAS DEPENDÊNCIAS AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENTREGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, Sr. vereador João Bosco – Bosquinho –, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. Vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Presidente, primeiro, mais uma vez agradecer aos pares por terem aprovado esses dois projetos. O primeiro é que institui a política de incentivo à segurança para os profissionais que utilizam motocicletas para transporte e mercadorias. E o outro, agora aprovado, institui o Selo Empresa Amiga dos Entregadores e Entregadoras, destinada a reconhecer empresas e estabelecimentos que dispõem de suas dependências aos prestadores de serviço. É muito importante que a gente possa dar um apoio a esses trabalhadores que vivem na rua levando para o nosso lar nossa comida e, também, nossas encomendas. Então, agradecer e espero que o Prefeito possa sancionar e a gente dar uma atenção maior a todo trabalhador, hoje, que faz entrega na cidade de João Pessoa”.

ITEM 08: PLO 367/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO “LAR PET JOÃO PESSOA” PARA ACOLHIMENTO DE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA, ABANDONO OU DESASSISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 09: PLO 481/2025

Autoria: Vereador Tarcísio Jardim

Assunto: INCLUI NO ANEXO ÚNICO DA LEI ORDINÁRIA Nº 13.768/2019, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO REFERENTE A DATAS COMEMORATIVAS, EVENTOS E FERIADOS, O DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A OBESIDADE INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 0; abstenções:0; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, Sr. vereador Joao Bosco - Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 10: PLO 497/2025

Autoria: Vereador Tarcísio Jardim

Assunto: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, Sr. vereador Joao Bosco - Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Pela ordem, o Sr. vereador Ícaro Chaves disse: “Sr. Presidente, só solicitar, conversei com os dois líderes: vereador Milanez, líder da oposição e líder da situação, vereador Odon, a inversão de pauta para ver se a gente vota esse recurso, que, inclusive, é de nossa autoria, mas que já está desde o ano passado, para a gente, pouco a pouco, só tem esse recurso, poderia fazer essa inversão de pauta, obviamente, com todo respeito aos colegas e aos demais projetos”.

Pela ordem, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente, de fato, a gente tem uma ordem do dia. E travar a ordem para votar um recurso do vereador Ícaro seria até antagônico, mas o que eu penso? Há um bom tempo, o vereador Ícaro vem se esforçando aqui para que esse recurso, de fato, entre na pauta, e ele tenha a oportunidade de votação. Inclusive, a votação, vereador Ícaro, não beneficia Vossa Excelência porque a votação de recurso é mais exigente. Mas se assim o vereador Ícaro deseja, eu quero dizer que não é uma normal, mas diante dos esforços, já que o vereador vem tentando atribuir esse recurso, eu concordo com os vereadores”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Pela ordem, o Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Eu não sou contra, mas já pedi várias vezes para meus recursos irem para o começo da pauta e nunca foi atendido. Aproveitar para pedir a retirada dos projetos dos vereadores que não se encontram no plenário. Fui ao banheiro, o secretário já tinha passado meu projeto. Voltei e estou aqui, só para lembrar que quem não estiver não tem os projetos votados”.

Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho – disse: “Votamos todas as suas matérias de sua autoria, vereador Guguinha”.

Pela ordem, o Sr. vereador Damásio Franca disse: “Eu estava parabenizando Guguinha pelos 7 projetos aprovados hoje. Eu também sou de acordo porque vejo o vereador Ícaro, há um bom tempo, querendo que se vote esse recurso e acho que seria importante votar, já que temos quórum suficiente. Ainda, faço a sugestão de votar em bloco os PDLs e os nomes de rua para dar celeridade às matérias”.

Na presidência, o Sr. vereador Bosquinho, disse: “Vamos votar o decreto do vereador Guga, o recurso, junto com projeto do vereador Odon e dar sequência a pauta”.

O Sr. Primeiro-secretário, vereador Marcos Henriques, explicou ao vereador Guguinha que tinha pensado que ele tinha ido embora.

O Sr. Primeiro-secretário, vereador Marcos Henriques, disse que recebeu informações do setor legislativo, que mesmo o vereador não estando, o projeto pode ser votado.

Na presidência, o Sr. vereador João Bosco - Bosquinho, disse: “A semana passada, nós não votamos e decidimos aqui, que se não estiver presente, o vereador Guiguinha foi prejudicado, até para que o vereador defenda a matéria que ele mesmo fez. Então, retirem-se as matérias dos vereadores que estão ausentes no dia de hoje. O pau que dá em Chico, tem que dar em Francisco”.

A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia solicitou a prorrogação da sessão, que foi acatada.

ITEM 11: PLO 608/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, O PORTAL TEA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, Sr. vereador João Bosco - Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 12: PLO 863/2026

Autoria: Vereador Bosquinho

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOMES ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, O NOME DA RUA EMPRESÁRIO JOÃO AMÉRICO PINTO.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, Sr. vereador João Bosco - Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador João Bosco – Bosquinho disse: “Só para justificar, João Américo Pinto foi o nosso querido J. Pinto, revendedor Ford aqui de muitos anos. A toda família ainda enlutada vai o nosso abraço”.

Apreciados os seguintes PDLs, em bloco:

ITEM 13: PDL 140/2025

Autoria: Vereador Fábio Lopes

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE A SENHORA MICHELY PATRICK FARINA.

ITEM 14: PDL 142/2025

Autoria: Vereador Ícaro Chaves

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ PESSOENSE A SENHORA FLAVIA DA COSTA LINS CAVALCANTI.

ITEM 15: PDL 163/2026

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: CONCEDE A MEDALHA CIDADE DE JOÃO PESSOA A SENHORA SHIRLEY CARVALHO LEÔNCIO.

ITEM 16: PDL 164/2026

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: CONCEDE A MEDALHA CIDADE DE JOÃO PESSOA AO SENHOR CARLOS ROBERTO DA SILVA LUCAS.

ITEM 17: PDL 165/2026

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: CONCEDE A MEDALHA CIDADE DE JOÃO PESSOA AO SENHOR ROBERTO FLÁVIO DA SILVA LEÔNCIO.

ITEM 18: PDL 166/2026

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ PESSOENSE A SENHORA TERESA MARIA MADALENA DE LIRA VIEIRA.

ITEM 19: PDL 169/2026

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE A SENHORA ÉRICA NORIMAR GONÇALVES PACHECO.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 14; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 14.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Bosquinho, declarou aprovados os Decretos Legislativos em discussão e votação única.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Continuação da apreciação das matérias em plenário:

ITEM 20: PDL 148/2026

Autoria: Vereador Fábio Lopes

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SENHOR FLÁVIO NANTES BOLSONARO.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Agora mesmo, membros da direita estavam dizendo ‘por que a gente está discutindo tanta coisa besta, ao invés de a gente discutir os verdadeiros problemas da cidade’. Aí, eu me deparo com um título de cidadania a um cara que é conhecido no submundo do crime carioca como Flávio Rachadinha. Dão essa alcunha a ele. Um cara que tinha uma lojinha de chocolate que recebeu R\$ 1,6 milhão em dinheiro vivo. Um cara que tinha um cara chamado Queiroz no seu gabinete, que operou milhões e milhões. Um cara que esteve nos Estados Unidos entregando o nosso país, dizendo que os Estados Unidos têm que colonizar as nossas terras raras. Esse vendilhão é o vendilhão que essa Casa quer conceder um título de cidadania. Então, eu queria pedir aos colegas vereadores que não vamos constranger a Câmara Municipal, não vamos fazer a Câmara passar vergonha, porque uma pessoa dessa estirpe ser homenageada é motivo de muita polêmica, eu diria até mais do que polêmica, é motivo de muita depreciação dessa Casa, tão importante para a cidade de João Pessoa. Então, eu voto contra e peço que os colegas votem contra”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Vereador Marcos Henriques, R\$ 19,5 milhões, foi a investigação que apurou a movimentação lá de Fábio Luiz Lula da Silva, do filho de Lula. Milhões e milhões quem gasta é Janja Esbanja quando vai comprar aquelas preciosidades naquelas lojas caríssimas da Europa. Ela gosta de gastar. Milhões e milhões é o que foi para os cofres e para o bolso do irmão de Lula. É claro que não vai para o bolso dele, é claro que Lula não vai pegar os milhões dos aposentados e dos velhinhos, coitados, que têm aquela aposentadoriazinha, que fica no máximo 10%. E esses 10% que, de repente, ficavam para esses aposentados estão indo para o bolso do irmão de Lula, que vão para onde depois? Que vão servir para quê depois? Agora, vocês estão muito aperreados, porque está havendo empate nas pesquisas para presidente de Bolsonaro filho com Luiz Inácio Lula da Silva. Não adiantou mais de 20 anos de doutrinação e de poder aqui no nosso Brasil, interrompidos por apenas 6 anos, e ele não tirou ninguém da fome. Desde 2002 que ele vive chorando, dizendo: ‘Se eu puder ver todo brasileiro tomando café, almoçando e jantando, eu vou ficar feliz’. Ele nunca vai ficar feliz, porque enquanto ele puder enganar o povo do Brasil, ele vai enganar”. O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Eu não gosto muito de estar entrando nesse debate na Câmara, de Lula/Bolsonaro, até porque a gente não é deputado federal, mas tem coisas que a gente escuta e não tem como ficar calado. Eu me impressiono, com todo o respeito e devida vênua ao vereador Marcos Henriques, que é um amigo, eu tenho estima, mas falar de corrupção, falar de roubalheira para tentar encobrir o lulopetismo, é demais. É a mesma coisa de alguém que trabalha na carvoaria dizer que não se suja, é impossível. A gente teve o mensalão, petrolão, INSS, Banco Master, e ainda vai se falar na questão de corrupção? É um título de cidadão, a gente não está tornando Flávio patrimônio cultural imaterial da cidade, não. Quantos títulos de cidadão já foram dados aqui a pessoas que não têm nem relevância na sociedade? Flávio é um senador, é o candidato à presidência da República, que inclusive está à frente das pesquisas. Então, eu não vejo problema nisso, tem trabalhos relevantes. A briga e o discurso ideológico sempre vão haver, acho que é quase impossível a gente conseguir se livrar desse estigma de torcida que se tornou o Brasil, virou torcida realmente. Mas eu apenas finalizo dizendo que pode tentar, pode esperar, pode buscar nomes, mas eu garanto aqui, até profetizo nessa Casa: Lula não é candidato à presidência, e eu acho que é por isso que estão ficando tão aperreados. Vai ser de WO e Flávio vai vir aqui, presidente da



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

República, para a gente entregar esse título de cidadão a ele”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente, eu estava vendo aqui o que falava o vereador Marcos sobre a vergonha, e vergonha foi o que Vossa Excelência causou a toda João Pessoa quando Lula, ainda condenado, ganhou um título dessa Casa, por meio da sua atuação parlamentar. Vergonha é um ladrão mensaleiro; é um homem onde tem Duque, da Petrobras, ao Palocci, dizendo que entregou a ele milhões de reais; que ele mandava no esquema, que ele era o sabedor de tudo isso. Isso é vergonhoso. Apresentar o Título de Cidadão pessoense a Flávio Bolsonaro é uma comunicação e é uma mensagem para a direita. E a mensagem que a gente passa é muito clara: a gente precisa tirar o ladrão mensaleiro, corrupto e descondenado, de todo jeito, da presidência da República. Então, não vamos tergiversar: a mensagem e a missão de Flávio Bolsonaro é tirar esse tipo de gente que está falindo o Brasil, fazendo com que toda a família fique endividada; que está trazendo inflação para a nossa nação, que já traz os maiores escândalos de corrupção, como o do INSS e o do Master. É sobre isso, vereador Marcos. A gente precisa tirar esse mal causado pelo PT e pela esquerda, e Flávio Bolsonaro é esse nome. E, em razão disso, ele precisa e merece ser cidadão pessoense”. Pela ordem, o Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Sr. Presidente, nós já estamos às 11 horas e 54 minutos, então eu requeiro a Vossa Excelência a prorrogação da sessão. Já havia pedido? E também, se não houver qualquer empecilho do plenário, para fazer a inversão e já votar aquela matéria do nosso colega, também vereador, Marcílio do HBE, que acabava de me ligar numa aflição total, que precisa desse recurso”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 13; contrários: 01 (Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 14.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

Declaração de voto:

O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Hoje não estamos apenas concedendo um título, mas reconhecendo uma história de luta de um posicionamento firme em defesa do Brasil, que é conceder o Título de Cidadão pessoense a Flávio Bolsonaro. E é dizer, com todas as letras, que João Pessoa valoriza quem tem coragem, coragem de enfrentar, como foi dito aqui, o sistema, de dizer a verdade e principalmente coragem de não se curvar diante da pressão da esquerda que tenta calar, censurar e dominar o debate público com mentiras. Flávio sequer respondeu processo e é tido como Flávio Rachadinha, então essas mentiras caem por terra. Ele representa uma geração de brasileiros que não aceita mais o jogo político. Ele carrega consigo o legado de um país que acordou e que, ao lado do presidente Bolsonaro, que em breve vai estar livre, porque não cometeu nenhum crime, decide enfrentar aquilo que atrasou o Brasil por décadas. O presidente Bolsonaro não vai aceitar nenhum acordo em relação ao Banco Master, INSS para sair da cadeia. Ele está preso injustamente e vai ficar lá porque ele é um homem correto. É uma mensagem clara que João Pessoa sabe de que lado está, do lado da liberdade, do lado da família, do lado de quem defende os valores e não negocia princípios. Então muito obrigado a todos os amigos por conceder o Título de Cidadão ao senador Flávio Bolsonaro, que luta muito pela segurança pública, que luta muito pelas pessoas e crianças, que são mais de 100 mil crianças que são sequestradas por ano, no nosso Brasil”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Vereador Fábio Lopes, sabe por que Flávio Rachadinha não foi preso? Porque o pai dele chamou a Polícia Federal e tirou, substituiu, exonerou, substituiu pessoa, delegados que estavam chegando no ponto principal, que são as rachadinhas de Flávio Bolsonaro. Aí, quando se oferece um título aqui a Bolsonaro, vem falar de Lulinha? Gente, pelo amor de Deus, o que nós estamos discutindo aqui? Estamos discutindo aqui o título que é de um cara, de um clã que colocou trinta milhões de pessoas na linha da miséria e quando o presidente Lula assumiu, ele tirou, dando igualdade social, igualdade não ainda como a gente quer, mas uma certa melhoria tributária quando ele não tarifa quem ganha até cinco mil reais. Então, definir



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

esses sinônimos que deram aqui a Lula é, no mínimo, uma falta de bom senso porque Lula foi inocentado de todos os processos que ele tem. Ele hoje é o nosso presidente e está governando o Brasil de maneira firme, não se curvando a tentativa de ocupação do nosso país, defendendo a nossa soberania, defendendo a nossa democracia. E assim, nós iremos, esse ano ainda, dar a vitória a esse projeto que é um projeto que está dando certo no nosso país”.

Abertura da reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública

Apreciado no âmbito da CFO:

PLO 884/2026

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA SEGGOV E SEMOB ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA OU DE UM ÓRGÃO PARA OUTRO, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 6,2 MI)

Parecer: Oral favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim avocou para si a relatoria do projeto, emitiu parecer favorável à matéria e a colocou em discussão. Consenso dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 05; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

(Tarcísio Jardim, Fábio Lopes, Kleber Geraldo, Marcos Bandeira, Marcos Henriques)

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciação do projeto em plenário:

ITEM 21: PLO 884/2026

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA SEGGOV E SEMOB ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA OU DE UM ÓRGÃO PARA OUTRO, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 6,2 MI)

Parecer: Oral favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 15; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 13.

Situação: Na presidência, Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Retorno à votação das matérias em pauta:



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 22: RECURSO 13/2025

Autoria: Vereador Ícaro Chaves

Assunto: RECURSO AO PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 183/2025. (DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DA TARIFA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS E LOTAÇÃO ATRAVÉS DE PIX, CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO DE DÉBITO).

Parecer: desfavorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Ícaro Chaves disse: “Só para explicar o pedido de recurso, agradecendo a inversão de pauta. O vereador Odon nos orientou e havia dado o parecer contrário na CCJ, e para que pudessemos salvar o projeto colocamos emendas do vereador Odon mudando duas coisas: primeiro a preocupação legítima de tirar o pix, mas pela questão da demora do embarque, tiramos o pix. Outra, é sobre a palavra ‘obrigatoriedade’ do Poder Executivo criar esse pagamento. Mudamos para ‘possibilidade’ para discutirmos depois para que seja implementado e o transporte público da cidade seja moderno e de maior qualidade para todos os usuários. O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Deixar claro que nada do que falei é contra Vossa Excelência, mas todas as vezes que tentei fazer algo sempre questionavam. Quero saber se depois que passar na CCJ e não for aprovado, se a gente pode fazer exatamente isso, porque se fizer é ótimo para mim. No caso, é fazer uma emenda no projeto”. Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho disse: “O projeto está apenas sendo discutido o recurso da aprovação da CCJ. Após essa conquista, caso seja aprovado, continuará tramitando nas outras comissões.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 15; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 13.

Situação: Na presidência, Sr. vereador João Bosco – Bosquinho, declarou acatado o recurso, acatado o parecer da CCJRLP e projeto encaminhado à comissão competente.

Apreciados os seguintes PDLs, em bloco:

ITEM 23: PDL 143/2026

Autoria: Vereador Durval Ferreira

Assunto: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO SUPERAÇÃO.

ITEM 24: PDL 145/2026

Autoria: Vereador João Corujinha

Assunto: ESTABELECEMOS QUE O INSTITUTO RIO VIDA SEJA RECONHECIDO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL.

ITEM 25: PDL 156/2026

Autoria: Vereador Toinho Pé de Aço

Assunto: ATUALIZA A DENOMINAÇÃO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL PELA LEI Nº 10.526/2006. (ASSOCIAÇÃO CRISTÃ ESPERANÇA E VIDA-ACEV)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 14; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 14.

Situação: Na presidência, Sr. vereador João Bosco - Bosquinho, declarou aprovados os projetos em discussão e votação única.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Retirados de pauta os seguintes projetos, devido à ausência dos seus autores em plenário.

ITEM 26: PLO 561/2025

Autoria: Vereadora Jailma Carvalho

Assunto: INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE COMBATE AO CAPACITISMO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITEM 27: PLO 567/2025

Autoria: Vereador Tarcísio Jardim

Assunto: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO OU VIOLÊNCIA).

ITEM 28: PLO 834/2026

Autoria: Vereador Mikika Leitão

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOMES ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, O NOME RUA NORMA COELHO DE CARVALHO.

ITEM 29: PLO 904/2026

Autoria: Vereador Marcos Vinícius

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOME ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS, A "VIA DE PEDESTRE IÊDA ALMEIDA DA COSTA MENEZES" ARTÉRIA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ITEM 30: PR 16/2025

Autoria: Vereador Wamberto Ulysses

Assunto: ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA LEGISLATIVA (RESOLUÇÃO Nº 05/2003).

ITEM 31: PDL 150/2026

Autoria: Vereador Chico do Sindicato

Assunto: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO RESULT DE JOÃO PESSOA.

ITEM 32: PDL 153/2026

Autoria: Vereador Raoni Mendes

Assunto: CONCEDE A MEDALHA DE SÃO BENTO AO INSTITUTO BENEDITINO EM ADORAÇÃO - ASSOCIAÇÃO MÃE DE PENTECOSTES

ITEM 33: PDL 154/2026

Autoria: Vereador Wamberto Ulysses

Assunto: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SENHOR FABRÍCIO DIAS TIMÓTEO.

ITEM 34: PDL 157/2026

Autoria: Vereador Dinho Dowsley

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SENHOR HELTON FERNANDES DE ANDRADE.

ITEM 35: PDL 160/2026

Autoria: Vereador Chico do Sindicato



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO INCUBAÇÃO E ACELERAÇÃO DE JOÃO PESSOA.

ITEM 36: PDL 167/2026

Autoria: Vereador Marcos Vinícius

Assunto: FICA CONCEDIDA A MEDALHA CIDADE DE JOÃO PESSOA A CAPITÃ REBECA BARROS DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA.

ITEM 37: PDL 168/2026

Autoria: Vereador Dinho Dowsley

Assunto: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO DE APOIO COMUNITÁRIO DE MANGABEIRA - CEACOM.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

Não houve.

4 ENCERRAMENTO

Às 12h10, na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 31 dias do mês de março do ano de 2026.

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)

Presidente da Mesa

Primeiro-Secretário *ad hoc*



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS